

DOC. 20

Uma proposta de Educação  
para as Classes Populares.

# Uma Proposta de Educação para as Classes Populares



---

**A EXPERIÊNCIA DE  
PORTO ALEGRE  
1989/1992**

---

**1**

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



APOIO



**MEC**

Ministério da Educação e do Desporto

A política educacional desenvolvida pela Prefeitura de Porto Alegre entre 1989 e 1992 considerou que uma educação democrática não podia se limitar a oferecer à criança o acesso à escola, mas precisava despertar nela o desejo de aprender, que é a base de seu sucesso e de sua permanência nos bancos escolares. Trilhando esse caminho, a administração municipal acreditou nas possibilidades de aprendizagem das crianças provenientes das camadas de baixa renda, onde passou a trabalhar para reduzir os índices de evasão e repetência. Os resultados, sobretudo nas turmas de 1ª série do 1º grau, mostraram que houve um aumento progressivo do sucesso escolar.

Em 1988, as perdas entre evasão e reprovação, na 1ª série do 1º grau, chegavam a 56%. Em 1989, o índice de aprovação estava em 63% e a evasão passava dos 12%. Em 1991, a aprovação subia para 75% e a evasão caía para 8%. Em 1992, o índice de aprovação chegou a 90% e a evasão ficou em apenas 3%. Responsável por escolas em sua maioria localizadas nos bairros periféricos, única possibilidade de acesso à educação para seus moradores, a rede municipal de ensino não chegava a atender aos 18.897 alunos matriculados em 1989. Considerando-se evasão e transferência, a matrícula real abrangia apenas 16.277 crianças -- aproximadamente, 8% do total matriculado na rede pública de ensino. Dois anos depois, em 1991, a rede municipal, além das escolas infantis, já atendia a 24.866 alunos, 8,7% do universo escolar, incluindo agora escolas federais, estaduais, municipais e particulares.

### **A participação da comunidade na gestão do sistema de ensino**

A administração que assumiu em Porto Alegre em 1989 trazia uma proposta de governo comprometida com a participação popular nas decisões da Prefeitura. As associações e entidades de bairro foram chamadas a colaborar -- primeiro, reunidas em suas regiões, depois, globalmente -- e estipularam as prioridades para a ação do governo, tanto no Plano Semestral, como no Orçamento de 1990. A administração tomou como base de seu trabalho a descentralização dos serviços, aumentando os controles, agrupando órgãos afins que atuavam superpostos, extinguindo estruturas supérfluas e reduzindo custos. Os recursos humanos, materiais e financeiros foram dirigidos para melhorar o nível de resposta da máquina administrativa no atendimento da população.

A criação do Conselho Municipal de Educação, em 23 de janeiro de 1991, que deve estar exercendo plenamente suas funções em 1993, foi uma das formas de ampliar a participação da comunidade na gestão do sistema de ensino. A função do Conselho é zelar pela qualidade do ensino no município, acompanhando-o, avaliando-o e propondo medidas para o seu aprimoramento. A implementação do Conselho permite que a participação dos diferentes setores da sociedade na gestão educacional se efetive de forma institucionalizada, de modo a não sofrer solução de continuidade.

## **A criação de dois turnos e a reforma das escolas**

Com o objetivo de usar ao máximo os espaços disponíveis, os Centros Integrados de Educação Municipal, os Ciems, que prestavam atendimento em tempo integral aos alunos, passaram a funcionar em dois turnos, assim como as demais escolas da rede municipal. A Secretaria de Educação promoveu uma reforma administrativa, assumindo as responsabilidades pelas creches, que tinham virado depósitos de crianças -- boa parte fechada, abandonada ou depredada -- passando a garantir os recursos necessários, que estavam sendo fornecidos pelos pais, sob a forma de taxas, que eles não conseguiam pagar.

Prédios foram reformados. Instalações, recuperadas. As creches se transformaram em escolas. Através de concursos públicos foram selecionados professores, monitores, pessoal de cozinha e de limpeza. Novas 21 unidades foram construídas, mais 10 devem estar inauguradas em 1993. O ensino especial ganhou quatro escolas. Todas as escolas municipais também passaram por um processo de adequação e reforma, com a construção de novas salas de aula e laboratórios, ampliando os espaços existentes. A educação foi tratada com prioridade. A meta fundamental era democratizar o ensino, diminuir os índices de evasão e repetência e eliminar o analfabetismo, oferecendo aos alunos das escolas municipais condições efetivas de aprendizagem.

## **O *construtivismo* atende às crianças de baixa renda**

Ao desenvolver seu projeto a Prefeitura de Porto Alegre acreditava que os alunos oriundos das classes populares tinham todas as condições de aprender como qualquer outra criança ou adolescente, desde que fossem confrontadas com uma postura didático-pedagógica adequada. No entendimento da administração, a *proposta construtivista* responderia perfeitamente à necessidade de alfabetização de crianças das classes populares. Entre 1989 a 1992, o *construtivismo* - no qual o aluno é o próprio sujeito de sua aprendizagem, construindo conhecimentos a partir de suas experiências -- foi exercido em Porto Alegre, onde vincula as teorias de Jean Piaget, Paulo Freire, Emília Ferreiro e da própria secretária de Educação, Esther Pillar Grossi.

A adoção do *construtivismo* se manifestou até na própria arquitetura da escola. Era preciso um espaço de sala de aula que promovesse o trabalho em pequenos grupos, possibilitando a diversificação de experiências sociais. Localizada num bairro periférico da capital gaúcha, a *Escola Jean Piaget* é um exemplo dessa experiência. Inaugurada em junho de 1992, foi construída em quatro blocos, de dois pavimentos cada um, em torno de um pátio coberto, próximo às salas de direção e dos professores. Nos blocos, os tradicionais corredores foram substituídos por espaços de circulação, favorecendo outras formas de contato entre os alunos de diferentes turmas, especialmente no *hall* do pavimento térreo de cada prédio. Foram priorizadas iluminação e ventilação naturais.

Os alunos têm satisfação de mostrar a escola. Para os professores, o aproveitamento das crianças está sendo muito bom. Eles admitem que a arquitetura da escola facilita o processo de ensino e de aprendizagem. Mas fazem questão de frisar que uma proposta

pedagógica como a desenvolvida ali pode ser levada a qualquer escola. O prédio não é imprescindível.

### **A valorização do professor passa por melhores salários**

Em seu trabalho, a Prefeitura de Porto Alegre partiu também do pressuposto de que o sucesso da nova proposta dependia da adesão dos professores. Acreditando que *só ensina quem aprende*, colocou como prioridade a formação e o aperfeiçoamento de seus profissionais de educação. Foram organizados grupos de assessoria aos professores da rede municipal, como o serviço de ativação curricular, o serviço da ativação escolar e a equipe pedagógica.

O resgate da dignidade profissional veio com uma remuneração mais justa e condizente com o papel do professor, o que aumentou o engajamento dos professores e possibilitou à administração exigir um trabalho de mais qualidade. O salário básico do professor com formação de 2º grau, em novembro de 1992, para uma jornada de 20 horas, chegava a cerca de 220 dólares, enquanto os salários na rede estadual estavam em 100 dólares. Como a maioria das escolas municipais está na periferia, 90% dos professores recebiam ainda uma gratificação de 20% por trabalhar em escolas de difícil acesso.

A adesão dos professores para a proposta *construtivista* foi conseguida por convites para discussão, priorizando a 1ª série do 1º grau, pois o objetivo era evitar a perpetuação dos altos índices de evasão e repetência. Já em 1990, cerca de 65% dos educadores da rede municipal trabalhavam com uma proposta para a aprendizagem da leitura e da escrita num concepção *construtivista*. Alguns deles conseguiram resultados superiores a 80% de alunos alfabetizados em setembro daquele ano. O trabalho de ativação curricular vem se ampliando, para levar a proposta político-pedagógica a todas as séries do 1º grau. Em 1992, os grupos de estudos de 5ª à 8ª séries do 1º grau foram organizados por áreas de conhecimento. Em cada grupo há a tentativa de definição de núcleos, conjuntos de situações-problema desafiadoras à série.

### **A arte reforça o ensino e a educação especial avança**

Para proporcionar às crianças de baixa renda o acesso aos conhecimentos tradicionalmente reservados aos segmentos mais privilegiados da sociedade, foi criado o *Programa de Atividades Alternativas Complementares*, que ampliou de quatro para seis horas a permanência das crianças na escola. O programa desenvolve atividades alternativas e complementares, opcionais, fora do turno regular das aulas.

As atividades desenvolvidas traduzem uma estreita interação entre educação e cultura. Dança e esportes, artes, cinema, vídeo, música, literatura, educação ambiental, jogos, teatro e excursões levaram para a vida dos alunos do ensino municipal novos conhecimentos que dão suporte aos conteúdos trabalhados na escola e ajudam a despertar o desejo de aprender.

Em dezembro de 1991, a rede contava com cerca de 150 oficinas e cursos funcionando sistematicamente. As atividades complementares atingiram a totalidade dos alunos da rede, compreendendo cerca de 500 eventos por mês. A educação especial para alunos portadores de deficiência também mereceu a atenção da Prefeitura de Porto Alegre. Inicialmente sob a forma de uma proposta de alfabetização, hoje lança bases para a sistematização de outros campos conceituais.

Em 1989, a primeira iniciativa da Secretaria de Educação foi romper com a concepção de escola, onde professores não ensinavam para alunos que não aprendiam. Nesta época, no município, existia apenas uma escola especial, com uma equipe técnica orientando os professores. A equipe foi retirada e, em troca, os professores receberam preparo para o trabalho. O projeto *Oportunidades de Trabalho* fez um levantamento de locais onde jovens e adolescentes das escolas especiais pudessem suprir as necessidades do mercado, auxiliando os alunos na conquista do ofício. Em 1992, Porto Alegre contava com quatro escolas especiais, atendendo a 280 alunos.

Já em 1991, depois de dois anos de trabalho conjunto dos professores de classe especial e sua coordenação pedagógica e psicopedagógica pôde-se observar que as expectativas iniciais sobre uma postura *construtivista* de aprendizagem estavam se confirmando. O aproveitamento chegou a índices inéditos: 63% dos alunos referidos *a priori* como deficientes foram promovidos. Para reverter um quadro de estagnação, contou-se com a paixão e a audácia de muitos professores, que investiram na possibilidade de aprendizagem de alunos repetentes ou considerados difíceis por externarem na sua ação o conflito e a angústia de se submeter a uma metodologia de trabalho que muitas vezes nada tinha a ver com eles.

### **Os bons resultados mudam o perfil da demanda educacional**

O avanço na aprovação, resultado do trabalho desenvolvido em Porto Alegre, passou a exigir respostas imediatas da Secretaria de Educação, porque começou a mudar a pirâmide escolar, cuja base, normalmente, é composta por primeiras séries extremamente inchadas, tendo pouquíssimos alunos no topo, oitavas séries e segundo grau. Hoje, já é preciso responder ao estrangulamento que se começa a perceber com a ampliação da demanda por 4ª e 6ª séries, garantindo a permanência dos alunos na escola, ao mesmo tempo em que é preciso promover novas admissões sistemáticas nas séries iniciais.

Não foi constatada qualquer cooperação entre os governos estadual e municipal. Fato que não é observado apenas em Porto Alegre, mas também em outras capitais e grandes municípios do país, sobretudo nas regiões sul e sudeste. A estadualização do ensino nesses locais implica duplicidade nos serviços públicos educacionais e a ausência de cooperação dificulta a valorização dos profissionais de educação. A grande prejudicada é a própria população. ☺